

CLIPPING IMPRESSO 17/01/2012



INDICE

1.	JORNAL A TARDE
	1.1. COMARCAS
2.	JORNAL ATOS E FATOS
	2.1. DESEMBARGADORES
	2.2. JUIZADOS ESPECIAIS
	2.3. JULGAMENTOS
3.	JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
	3.1. COMARCAS
	3.2. JUIZADOS ESPECIAIS
	3.3. TELEJUDICIÁRIO
4.	JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
	4.1. COMARCAS
	4.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA
	4.3. DESEMBARGADORES
	4.4. JULGAMENTOS
	4.5. PRESIDENTE
	4.6. TELEJUDICIÁRIO
5.	JORNAL EXTRA
	5.1. DESEMBARGADORES
	5.2. JULGAMENTOS
6.	JORNAL O DEBATE
	6.1. JUIZADOS ESPECIAIS
7.	JORNAL O IMPARCIAL
	7.1. DESEMBARGADORES
8.	JORNAL PEQUENO
	8.1. COMARCAS
	8.2. JUIZADOS ESPECIAIS



17/01/2012 - JORNAL A TARDE 1º CADERNO - JUSTIÇA - PAG.: 09 POSITIVA - CM.: 62 (31 x 2 col) COMARCA DE TUTÓIA (...)

Comarca de Tutóia terá novidades em 2012



Juiz Rodrigo Otávio Terças Santos

O juiz Rodrigo Otávio Terças Santos, titular de Tutóia, está comunicando diversas novidades na comarca para este ano de 2012. Uma delas é a intimação eletrônica, agora oficializada na Comarca através de Portaria. A partir de agora, a comunicação dos atos processuais será através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Maranhão.

De acordo com o magistrado, essas mudanças visam ao aprimoramento da prestação jurisdicional. "Desde que fui titularizado na Comarca, em dezembro passado, tenho buscado novas formas de melhorar os serviços aqui na comarca. São medidas que trazem celeridade e transparência ao trabalho do judiciário", observa Rodrigo Terças.

Ainda segundo o juiz, o objetivo é implantar uma gestão administrativa compartilhada com todos os servidores do fórum, "Realizamos uma reunião onde foram apontadas deficiências e soluções a curto e médio prazo para as necessidades do serviço judiciário, todos se

engajaram num trabalho conjunto de modificação da estrutura de trabalho e atendimento, alterando o layout da secretaria judicial, a organização do arquivo de processos findos e a reorganização dos servidores nos postos de serviços", explica.

Uma das iniciativas é a pauta de audiência eletrônica, com alimentação através do serviço gratuito do Google Agenda, além do Sistema Themis, permitindo aos advogados e partes interessadas poderem visualizar, mediante cadastro prévio junto à secretaria, a pauta de audiência da comarca e, assim, acompanhar os serviços forenses. Durante a primeira semana útil após o fim do recesso, já foram apreciados, aproximadamente, 180 processos, sendo proferidos despachos, decisões e sentenças.

"Faremos o possível para fazer da Comarca de Tutóia um exemplo a ser seguido, colaborando com a nova mesa-diretora do Tribunal e com o corregedor-geral da Justica na busca de qualidade e eficiência do Poder Judiciário do Maranhão", assinala.

Para que isto aconteça, o juiz firma que conta com o apolo, conflança e comprometimento dos servidores da comarca.

Na reunião entre servidores e magistrado aconteceu uma discussão sobre os procedimentos das ações da serventia judicial, bem como a leitura de provimentos e resoluções do Tribunal, da Corregedoria e do CNJ. O objetivo é que essas reuniões aconteçam durante duas horas, toda semana.

Uma outra medida adotada na comarca, através de Portaria assinada pelo juiz, é a realização de correição ordinária, marcada para o período de 30 de janeiro a 10 de fevereiro. TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/01/2012 - JORNAL ATOS E FATOS 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 04 NEUTRA - CM.: 40 (20 x 2 col)

ANTES DE ENCOMENDAR O ASSASSINATO, A DENÚNCIA AO CNJ

Antes de encomendar o assassinato, a denúncia ao CNJ

Antes de encontrarem com a tabelia Alice Ribeiro Brito, no dia 7 de novembro de 2011, o analista de sistemas Paulo Araújo Ferreira e o tabeliao Luiz Belchior Filho foram a um escritório de uma imobiliaria no Edificio Multimpresarial Century (Av. dos Holandeses), onde o delator recebeu a proposta para denunciar a juíza Lucimary Castelo Branco, ao Conselho Nacional de Justiça.

Em depoimento a polícia, Paulo Ferreira revelou que, "eu teria que fazer uma denúncia contra a juíza; e ele mandou que eu fosse a sede do Tribunal de Justiça, no segundo andar, e lá fazer um cadastro para, em seguida, um advogado representando a mim, entraria com uma representação contra a magistrada".

Paulo Ferreira e Luiz Belchior Filho deixam o prédio Multimpresarial Century e vão ao encontro de Alice Ribeiro Brito, na praça de alimentação do Shopping do Automóvel. O analista de sistemas diz que, "na conversa entre Alice e Luiz Belchior foi tratada a denúncia, que seria escrita por Alice, e feita por mim ao CNJ".

O analista de sistema contou à polícia que se negou a assinar a representação contra a juíza Lucimary Castelo Branco. "Recusei a assinar a denúncia, pois se tratava de uma juíza de Direito, e como denunciante eu seria facilmente descoberto e sofreria as consequências, pois era a parte mais vulneráve!".

Após a recusa, Paulo Ferreira disse que foi feita a proposta para que assassinasse a juíza Lucimary Castelo Branco, a tabelia Carol Brasil e o tabelião substituto do cartório de Maranhãozinho.

"AAlice [Ribeiro Brito] perguntou se eu sabia fabricar um 'taser' [dispositivo remoto] para detonar uma bomba e 'matar aquela vagabunda', disse Paulo Ferreira à polícia. Em seguida, ouve de Luiz Belchior as propostas para assassinar a tabelia Carol Brasil e o tabelião substituto do cartório de Maranhãozinho.

Paulo Ferreira revelou que quando "tratava desse assunto [o assassinato], chegou Fernando Cesar Lopes Cassionato, mas Alice e Luiz Belchior mudaram a conversa e voltaram a falar da denúncia".

O analista de sistemas contou à polícia que Alice Ribeiro, Luiz Belchior Filho e Fernando Cassionato lhe ofereceram, "R\$ 3 mil para que ele assinasse o documento, cujo teor ele sabia ser com declarações falsas contra a magistrada Lucimary Castelo Branco". Paulo Ferreira afirmou à polícia que resolveu delatar Alice Ribeiro e Luiz Belchior, "por não concordar com o mal que Alice e Luiz Belchior estão tramando contra a juíza".

(Blogue do Itevaldo Jr.)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES
17/01/2012 - JORNAL ATOS E FATOS
1º CADERNO - POLITICA - PAG.: CAPA

NEUTRA - CM.: 120 (20 x 6 col)

ANALISTA REVELA DETALHES DE TRAMA PARA ASSASSINAR JUÍZA E TABELIÃS

BOMBA!

ANALISTA REVELA DETALHES DE TRAMA PARA ASSASSINAR JUÍZA E TABELIÃES

reso pela Polícia Civil por estelionato, o analista de sistemas Paulo Araújo Ferreira revelou no depoimento à polícia que recebeu uma proposta para assassinar a juíza Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos, titular do 6º Juizado Especial Civel; a tabeliã Ana Carolina Brasil Campos Maciel, do Cartório de São Mateus; e o tabelião substituto do Cartório de Maranhãozinho, que não teve sua identidade revelada. Paulo Ferreira declarou à polícia que as propostas para assassinar a magistrada e os dois tabeliães foram feitas pela tabeliã Alice Ribeiro Brito, presidente da Associação dos Notários e Registrados do Maranhão (Anoreg), e pelo tabelião Luiz de França Belchior Silva Filho, do cartório de Maranhãozinho e respondendo pelo cartório do 3º Ofício de Notas da Capital.

— PÁGINA 3





TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES
17/01/2012 - JORNAL ATOS E FATOS

1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 03 NEUTRA - CM.: 120 (30 x 4 col)

ANALISTA REVELA DETALHES DE TRAMA PARA ASSASSINAR JUÍZA E TABELIÃS



Analista revela trama para matar juíza e tabeliães em SL e no interior

Preso pela Polícia Civil por estelionato, o analista de sistemas Paulo Araújo Ferreira revelou no depoimento à polícia que recebeu uma proposta para assassinar a juíza Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos, titular do 6º Juizado Especial Civel; a tabelia Ana Carolina Brasil Campos Maciel, do Cartório de São Mateus; e o tabelião substituto do Cartório de Maranhãozinho, que não teve sua identidade revelada.

Paulo Ferreira declarou à polícia que as propostas para assassinar a magistrada e os dois tabeliãos foram feitas pela tabeliã Alice Ribeiro Brito, presidente da Associação dos Notários e Registrados do Maranhão (Anoreg), e pelo tabelião Luiz de França Belchior Silva Filho, do cartório de Maranhãozinho e respondendo pelo cartório do 3º Officio de Notas da Capital.

Paulo Ferreira recebeu as propostas para cometer os assassinatos, num encontro na praça de alimentação do Shopping do Automóvel (Calhau) com Luiz Belchior Filho e Alice Ribeiro, no dia 7 de novembro de 2011. Alice ofereceu R\$ 10 mil pela morte da juíza Lucimary Castelo Branco; Luiz Belchior ofertou outros R\$ 10 mil pelo assassinato do tabelião substituto do Cartório de Maranhãozinho; e outros R\$ 25 mil para matar Carol Brasil.

Os assassinatos da magistrada e da tabelia seriam provocados por um dispositivo eletrônico com explosivos acoplado ao tanque de combustível do veículo de Lucimary Castelo Branco e no de Carol Brasil, que seria acionado de um aparelho celular.

À polícia, Paulo Ferreira contou que Alice Ribeiro teria dito: "essa vagabunda, safada da juíza Lucimary fica interferindo no concurso e quer me prejudicar. Se o CNJ não der jeito, o jeito que tem é matá-la".

Paulo Ferreira afirmou em seu depoimento que aceitaria cometer os assassinatos e que o primeiro a ser morto seria o tabelião substituto do Cartório de Maranhãozinho. Ele pediu que os R\$ 10 mil fossem pagos adiantado, mas Luiz Belchior Filho se negou a adiantar o pagamento.

Segundo Paulo Ferreira, a decisão de assassinar Lucimary Castelo Branco era porque além dela "interferir no concurso de notários", Alice Ribeiro quer o cartório do 1º Ofício de São José de Ribamar, que tem como titular Luciene Castelo Branco, mãe da magistrada.

A morte de Carol Brasil ocorreria porque ela com mais outros quatro tabeliães, num Mandado de Segurança, discutem as regras de classificação para remoção de cartórios. De acordo com Paulo Ferreira, Luiz Belchior Filho quer ficar com o cartório do 3º Ofício de Notas da Capital, que também seria pretendido por Carol Brasil.

Segundo consta do depo-

imento de Paulo Ferreira, os tabeliães Alice Ribeiro, Luiz Belchior Filho e Fernando Cassionato obtiveram os primeiros lugares no concurso de remoção, "mediante o uso de títulos em desacordo com o edital do concurso".

A morte do tabelião substituto do Cartório de Maranhãozinho ocorreria, segundo Paulo Ferreira, porque "o tabelião sabia das falcatruas que Luiz Belchior e o seu pai Luiz Belchior (juiz do TRE) comandavam".

Segundo Paulo Ferreira, a tabelião Alice Ribeiro aumentou em mais R\$ 75 mil o valor a ser pago pelo assassinato da juíza Lucimary Castelo Branco, chegando ao valor de R\$ 85 mil a proposta para que ele matasse a magistrada.

À policia, o delator revelou que Alice Ribeiro e Luiz Belchior Filho, lhe dariam R\$ 10 mil para "ficar calado" caso fosse preso. Além disso, Paulo Ferreira "teria a assistência jurídica de um bom advogado e proteção de um magistrado que lhe daria um salvo conduto, caso fosse preso em flagrante".

CHANTAGEM E PRISÃO Sem a antecipação dos R\$ 10
mil, para começar a realizar os
assassinatos, Paulo Ferreira
optou por contar toda a trama
para Clemilson Moura, tabelião
substituto do cartório o 1º Offcio de São José de Ribamar.

No primeiro contato por telefone [no dia 2 deste mês], Paulo Ferreira disse que "havia encaminhado a uma denúncia ao Conselho Nacional de Justiça contra a magistrada Lucimary Castelo Branco, pelo fato, de ela atender regularmente nessa serventia".

No dia 3 de janeiro, Paulo Ferreira teve um encontro com Clemilson Moura, na presença de outras duas testemunhas, o analista de sistemas revelou toda a trama e quem seriam os mentores da denúncia ao CNJ e da morte da magistrada. A conversa foi toda gravada.

Após esse encontro, Paulo Ferreira, segundo disse Clemilson Moura à polícia, "passou a exigir ajuda financeira em troca das informações que comprovariam a trama por ele denunciada".

No dia 7 deste mês, Paulo Ferreira enviou uma mensagem de celular, exigindo "R\$ 600,00 para suas despesas pessoais". Numa outra mensagem telefônica indagou, "quanto seria pago pelas informações e pelo backup do notebook de Luiz Belchior Filho?".

Com as negativas de Clemilson Moura, o delator Paulo Ferreira enviou uma última mensagem. "OK. Esquece a conversa que tivemos e se a polícia quiser que investigue. Prazo esgotado, abraço!".

Paulo Ferreira foi preso no último dia 9. Cabe agora ao comando do Tribunal de Justiça e da Secretaria de Segurança Pública apurarem, investigarem e passarem toda essa trama a limpo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/01/2012 - JORNAL ATOS E FATOS 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 03

NEUTRA - CM.: 120 (30 x 4 col)

ANALISTA REVELA DETALHES DE TRAMA PARA ASSASSINAR JUÍZA E TABELIÃS

O tabelião Luiz Belchior, o cracker & hacker e as fraudes

Em depoimento à polícia, Paulo Araújo Ferreira disse ser formado em mecatrônica e análise de sistemas pela Universidade de São Paulo (USP). Ele retornou ao Maranhão em 2008, "embora tenha distribuído currículo em diversas empresas, não conseguiu ser contratado".

Em janeiro de 2010, o analista de sistemas foi indicado ao tabelião Luiz de França Belchior Filho, para "projetar e executar um sistema de telefonia para o Cartório do 3º Ofício de Notas da Capital (rua da Paz)".

Em seguida Paulo Ferreira, instalou um sistema de redes, integrando os computados do Cartório do 3º Ofício de Notas da Capital com os do cartório de Maranhãozinho, nesse período Luiz Belchior Filho descobre que "Paulo Ferreira havia sido preso em São Paulo, por hackear contas bancárias".

À Polícia Civil, o analista

de sistemas afirmou que "Luiz Belchior Filho o contratou para desenvolver um sistema que pudesse invadir bancos de dados de instituicões financeiras".

Paulo Ferreira revelou que o tabelião "financiou a compra de placas e componentes para que ele montasse um computador para invadir os sistemas. Foram investidos R\$ 15 mil na montagem do computador", delatou Ferreira. Ele disse que projetou 13 programas, todos com nomes femininos:

PROGRAMA ANA: processa os dados dos cartórios do 3º Ofício da Capital e de Maranhãozinho;

PROGRAMA JOANY - atua com o programa GLÓ-RIA, consegue invadir os servidores de instituições financeiras e órgãos da administração pública federal, estadual e municipal. Pode copiar dados e introduzir novas informações;

PROGRAMA GLÓRIA atua especificamente nas fraudes de contas bancárias;

PROGRAMA CONCEI-ÇÃO - invadia o servidor do Instituto de Identificação da Secretaria de Segurança Pública;

PROGRAMA LUCY acessava o servidor central
do Tribunal de Justiça e "lá
inseria dados de quaisquer
natureza ou subtraia os que
estavam arquivados";

PROGRAMA MARIA era usado para invadir os
computadores dos gabinetes
dos desembargadores e dos
juízes, era usado com o
PROGRAMA MAGNÓLIA;

PROGRAMA MAGNÓ-LIA - interceptava e-mails de desembargadores e juízes;

PROGRAMA SABRINA injetava vírus em rede de
computadores e máquinas
pessoais; era também utilizado para quebrar os cincos
níveis de segurança dos sistemas de bancos e órgãos
públicos;

PROGRAMAS JAQUE-LINE E MAYARA - inseriam dados nos computadores de pessoas escolhidas com o objetivo de incriminá-las ou de fazer ameaças; as informações eram utilizadas por outros juízes e desembargadores cooptados pelo quadrilha que expediam ordens judiciais em desfavor dos mesmos;

PROGRAMAS MARTA I
e MARTA II - eram utilizados para a transferência de
dados criptografados dos
cartórios de Maranhāzinho
e Maracacumé;

PROGRAMA TEREZINHA - era o programa matriz
e nele eram arquivados todos
os dados obtidos através dos
outros programas e após analisados e alterados eram devolvidos ao computador onde
o golpe foi executado.

Paulo Ferreira contou a polícia que recebia um salário mensal de R\$ 800,00 e que chegou a receber "uma gratificação de R\$ 5 mil para enviar dados desfavoráveis a um determinado juiz, cujo nome não quis declinar no momento".





17/01/2012 - JORNAL ATOS E FATOS

1º CADERNO - POLITICA - POLITICANDO - DJALMA RODRIGUES - PAG.: CAPA

POSITIVA - CM.: 4 (4 x 1 col)

CORREGEDORIA SÓ SE MANISFESTARÁ SOBRE CASO DA JUÍZA APÓS INQUÉRITO CONCLUÍDO

Corregedoria só se manifestará sobre caso da juíza após inquérito concluído

A Corregedoria Geral da Justiça já havia sido informada dos episódios pela juíza Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos e por delegados da Polícia Civil da Capital. POLITICANDO - Página 3



17/01/2012 - JORNAL ATOS E FATOS

1º CADERNO - POLITICA - POLITICANDO - DJALMA RODRIGUES - PAG.: 03

POSITIVA - CM.: 18 (9 x 2 col)

CORREGEDORIA SÓ SE MANISFESTARÁ SOBRE CASO DA JUÍZA APÓS INQUÉRITO CONCLUÍDO

Corregedoria só se manifestará sobre caso da juíza após inquérito concluído

A Corregedoria Geral da Justiça já havia sido informada dos episódios pela juíza Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos e por delegados da Policia Civil da Capital. O inquérito sobre o caso ainda está em andamento, e as informações estão sendo repassadas ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, que está acompanhando todos os fatos. O analista de sistema Paulo Araújo Ferreira já teve a prisão preventiva decretada pelo juiz Douglas de Melo Martins. Outros envolvidos no caso estão sendo ouvidos pela polícia. A juíza Lucimary Castelo Branco está de férias e fora do Estado. A Corregedoria Geral da Justiça se posicionará sobre o caso após a conclusão do inquérito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - JUIZADOS ESPECIAIS 17/01/2012 - JORNAL ATOS E FATOS

1º CADERNO - POLITICA - POLITICANDO - DJALMA RODRIGUES - PAG.: CAPA

NEUTRA - CM.: 5 (5 x 1 col)

JUIZADO DA COHAB PARALISA POR FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Juizado da
Cohab paralisa
por falta
de energia
elétrica
POLITICANDO - Página 3





17/01/2012 - JORNAL ATOS E FATOS

1º CADERNO - POLITICA - POLITICANDO - DJALMA RODRIGUES - PAG.: 03

NEUTRA - CM.: 18 (9 x 2 col)

JUIZADO DA COHAB PARALISA POR FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Juizado da Cohab paralisa por falta de energia elétrica

O 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, localizado no CSU da Cohab, está com o atendimento temporariamente suspenso. O motivo é a falta de energia elétrica na unidade judicial. O problema, segundo o secretário Sérgio Bernardo, pode ter sido apenas na central que distribui corrente para os órgãos do CSU. "Caso essa informação seja confirmada pela Cemar, a solução seria a contratação de um eletricista para a reposição de alguma peça que, por ventura, tenha apresentado defeito", explica. Ainda de acordo com o secretário, não havia nenhuma audiência marcada para esta segunda-feira. Em relação a prazo processual, se for o caso, haverá uma adequação por parte do juizado. Tramitam, atualmente, na unidade cerca de 3 mil processos, e o juiz titular é Cícero Dias de Sousa Filho.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - JULGAMENTOS 17/01/2012 - JORNAL ATOS E FATOS 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 10 NEGATIVA - CM.: 80 (20 x 4 col)

INTOLERÂNCIA

☆INTOLERÂNCIA

Decisões judiciais ameaçam Programa estadual do Leite Especial

Desenvolvido com recursos próprios do Estado para beneficiar crianças com alergia ou intolerância alimentar que residem no Maranhão e têm necessidade comprovada por profissionais especializados, o Programa do Leite Especial, da Secretaria de Estado da Saúde (SES). vem sendo prejudicado por decisões da Justica Estadual. A denúncia é do secretário Ricardo Murad, que cita como exemplo a decisão judicial que obriga a SES a dispensar a alimentação especial de alto custo a dois irmãos que moram no estado do Rio de Janeiro.

O Programa do Leite Especial atende atualmente 1.147 pacientes, que são avaliados por médicos gastropediatras do Hospital Infantil Juvêncio Matos e recebem mensalmente a quantidade de leite sob prescrição médica. Mas os dois irmãos do exemplo citado pelo secretário nunca foram avaliados

pelos médicos do programa, obtendo o benefício tão somente pela via judicial.

Segundo o secretário. conforme consta nos autos do processo, ao recorrer à Justiça o representante legal das crianças, Marcelo Paiva Coelho, informou manter residência no município maranhense de Presidente Dutra. Após levantamento realizado pela gerência regional, foi constatado que o pai dos beneficiários jamais foi visto no local informado. Além disso, o processo dá conta de que os meninos, com idade de seis e oito anos, residem no estado do Rio de Janeiro.

Ao conceder liminar favorável a Marcelo Coelho, negando dois recursos interpostos pela Secretaria de Estado da Saúde, via Procuradoria Geral do Estado, o Judiciário desconsiderou dois outros critérios elencados no Decreto 20.620, de 8 de julho de 2004, que estabelece as regras do programa estadual para dispensar o leite especial: a faixa etária das crianças, que é de 0 a 24 meses, e o quantitativo de latas. Para o filho mais novo, são fornecidas 14 latas por mês, e para o mais velho, 16 latas, fato que vem ocorrendo desde o ano de 2004.

Conforme argumentos apresentados pela Secretaria de Saúde há estudos que mostram que a eficácia na utilização do leite especial se estende, em média, por um prazo de 24 meses. sendo que as exceções devem ser analisadas por equipe médica especializada do Hospital Infantil Juvêncio Matos. O uso excessivo do alimento pode também, segundo os mesmos estudos, significar prejuízos à saúde do usuário.

Ricardo Murad lamenta a posição da Justiça do Estado, mesmo com as contestações feitas pelos advogados da SES. "Quando nós asseguramos o leite para essa família, além de corrermos o risco do desabastecimento, com o fornecimento em grande quantidade de alimentação de alto custo, podemos estar ainda prejudicando outras crianças, que realmente moram no Maranhão e dependem desse leite para sua sobrevivência", ressaltou o secretário.

Ele acrescentou que o despacho judicial deveria, pelo menos, obrigar o pai das crianças a se cadastrar no Programa do Leite Especial, submetendo-as à avaliação do Serviço de Gastropediatria, com médicos especialistas, que funciona no Hospital Infantil Juvêncio Mattos. 'O que não se entende é que se realmente as crianças têm a intolerância alimentar alegada, o que há de errado no fato de procurarem a Secretaria de Saúde e serem acompanhadas por nossos médicos?", questionou Ricardo Murad.



17/01/2012 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - OPINIÃO - PAG.: 02

POSITIVA - CM.: 44 (22 x 2 col)

JUSTIÇA

JUSTILE'S

Comarca de Tutóia terá novidades em 2012

O juiz Rodrigo Otávio Terças Santos, titular de Tutóia, está comunicando diversas novidades na comarca para este ano de 2012. Uma delas é a intimação eletrônica, agora oficializada na Comarca através de Portaria. A partir de agora, a comunicação dos atos processuais será através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Maranhão.

De acordo com o magistrado, essas mudanças visam ao
aprimoramento da prestação
jurisdicional. "Desde que fui
titularizado na Comarca, em
dezembro passado, tenho
buscado novas formas de
melhorar os serviços aqui na
comarca. São medidas que trazem celeridade e transparência ao trabalho do judiciário",
observa Rodrigo Terças.

Ainda segundo o juiz, o objetivo é implantar uma gestão administrativa compartilhada com todos os servidores do fórum. "Realizamos uma reunião onde foram apontadas deficiências e soluções a curto e médio prazo para as necessidades do serviço judiciário, todos se engajaram num trabalho conjunto de modificação da estrutura de trabalho e atendimento, alterando o layout da secretaria judicial, a organização do arquivo de processos findos e a reorganização dos servidores nos postos de serviços", explica.

Uma das iniciativas é a

pauta de audiência eletrônica, com alimentação através do serviço gratuito do Google Agenda, além do Sistema Themis, permitindo aos advogados e partes interessadas poderem visualizar, mediante cadastro prévio junto à secretaria, a pauta de audiência da comarca e, assim, acompanhar os serviços forenses. Durante a primeira semana útil após o fim do recesso, já foram apreciados, aproximadamente, 180 processos, sendo proferidos despachos, decisões e sentenças.

"Faremos o possível para fazer da Comarca de Tutóia um exemplo a ser seguido, colaborando com a nova mesa-diretora do Tribunal e com o corregedor-geral da Justiça na busca de qualidade e eficiência do Poder Judiciário do Maranhão", assinala. Para que isto aconteça, o juiz firma que conta com o apoio, confiança e comprometimento dos servidores da comarca.

Na reunião entre servidores e magistrado aconteceu uma discussão sobre os procedimentos das ações da serventia judicial, bem como a leitura de provimentos e resoluções do Tribunal, da Corregedoria e do CNJ. O objetivo é que essas reuniões aconteçam durante duas horas, toda semana.

Uma outra medida adotada na comarca, através de Portaria assinada pelo juiz, é a realização de correição ordinária, marcada para o período de 30 de janeiro a 10 de fevereiro.



1º CADERNO - GERAL - PAG.: 05 POSITIVA - CM.: 18 (9 x 2 col)

POSSE

10000

Juiz é titularizado na comarca de São Pedro da Água Branca

O juiz Celso Serafim Júnior foi titularizado na comarca de São Pedro da Água Branca, em ato realizado no gabinete do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior. De entrância inicial, a comarca foi criada pela Lei Complementar 87/2005 e instalada em 06 de outubro de 2011.

Durante a posse, o presidente Guerreiro Júnior parabenizou o magistrado e garantiu o apoio do Poder Judiciário no exercício das suas atividades judicantes na comarca. "Seguir a magistratura é um sacerdócio", enfatizou o presidente.

Celso Serafim Júnior ingressou na Magistratura em agosto do ano passado como juiz substituto na comarca de Santa Luzia do Tide. O magistrado atuou também em Grajaú e Itapecuru-Mirim.

"È mais uma conquista na minha carreira profissional. Vou continuar honrando a magistratura maranhense", ressaltou o juiz durante a cerimônia de posse, que contou com a presença da diretora geral do TJMA, Sumaya Heluy.

P.: 13



17/01/2012 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - OPINIÃO - PAG.: CAPA

NEUTRA - CM.: 8 (4 x 2 col) JUIZADO DA COHAB (...)

OPINIÃO

JUIZADO DA COHAB ESTÁ SEM ENERGIA ELÉTRICA

O 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, localizado no CSU da Cohab, está com o atendimento temporariamente suspenso. O motivo é a falta de energia elétrica na unidade judicial. **PAG. 02**



1º CADERNO - OPINIÃO - PAG.: 02 NEUTRA - CM.: 24 (6 x 4 col) JUIZADO DA COHAB (...)

ATENDIMENTO SUSPENSO

Juizado da Cohab está sem energia elétrica

O 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, localizado no CSU da Cohab, está com o atendimento temporariamente suspenso. O motivo é a falta de energia elétrica na unidade judicial. O problema, segundo o secretário Sérgio Bernardo, pode ter sido apenas na central que distribui corrente para os órgãos do CSU.

"Caso essa informação seja confirmada pela Cemar, a solução seria a contratação de um eletricista para a reposição de alguma peça que, por ventura, tenha apresentado defeito", explica.

Ainda de acordo com o secretário, não havia nenhuma audiência marcada para esta segunda-feira. Em relação a prazo processual, se for o caso, haverá uma adequação por parte do juizado. Tramitam, atualmente, na unidade cerca de 3 mil processos, e o juiz titular é Cícero Dias de Sousa Filho.

Para finalizar, ele informou que ainda não há prazo para que a energia seja restabelecida. "Vai depender do parecer dos técnicos da Cemar, que estão averiguando a situação, mas acreditamos que até amanhã, terçafeira, tudo estará normalizado".



POSITIVA - CM.: 28 (14 x 2 col)

CONSULTAS

(e(e) NSU 418245

Telejudiciário realizou mais de 40 mil atendimentos

O Telejudiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu mais de 40 mil consultas em 2011. No total, foram 40.406 atendimentos realizados naquele ano. A previsão é de que a busca por informações aumente ainda mais em 2012, com as melhorias na estrutura física do setor e com a implantação do sistema ATTENDE, que, além da celeridade no atendimento aos usuários, possibilita e a instalação de pontos de atendimentos em locais estratégicos.

Desenvolvido pela Diretoria de Informática do TJMA, o
novo sistema - que pode ser
acessado em qualquer lugar e
de qualquer computador - permite a geração de relatórios, a
apresentação de dados estatísticos de atendimento, cadastramento e acesso às informações com mais segurança.

Com a nova ferramenta,

as informações referentes a denúncias, reclamações, solicitações e sugestões sobre os serviços forenses podem ser encaminhadas automaticamente à Ouvidoria do TJMA, por meio do sistema unificado Ouvidoria/Telejudiciário, garantindo mais agilidade no gerenciamento do fluxo das demandas apresentadas, desde a abertura até a sua resolução ou arquivamento.

O chefe da Divisão do Telejudiciário, Fábio Martins, ressaltou que todo o investimento feito para a modernização do setor contribuiu para o aumento da demanda. "Continuaremos nos empenhando para melhorar a qualidade do nosso atendimento. Haveremos de conquistar a excelência na prestação de serviços oferecidos à sociedade, magistrados e servidores", ressaltou.



17/01/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHAO 1º CADERNO - POLITICA - ESTADO MAIOR - PAG.: 03 POSITIVA - CM.: 5 (5 x 1 col) TITULAR

Titular

O juiz Celso Serafim Jr. foi titularizado na Comarca de São Pedro da Água Branca, por ato do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Jr.

O presidente parabenizou o magistrado e lembrou: "Seguir a magistratura é um sacerdócio".

Serafim Jr. se disse preparado para a missão e prometeu: "Vou continuar honrando a magistratura maranhense".



1º CADERNO - POLÍCIA - PAG.: 08
POSITIVA - CM.: 30 (15 x 2 col)
SERVIÇOS À COMUNIDADE

SERVIÇOS À COMUNIDADE

Desembargadores concedem indulto em pena restritiva de direito

Em sessão realizada ontem segunda-feira, 16, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça acatou recurso da Defensoria Pública do Estado e concedeu indulto a um condenado a prestação de serviços à comunidade. O indulto havia sido negado pelo Juízo da 2ª Vara de Execuções Penais da capital, entendendo que apenas o cumprimento de pena privativa de liberdade confere direito ao indulto.

O recorrente foi condenado a três anos, seis meses e 25 dias, pelo crime de roubo, pena substituída por restritiva de direito (prestação de serviços à comunidade). Após cumprir 1/ 3 da pena, o condenado, com base no Decreto 7.046/2009, requereu ao juiz a concessão de indulto, que foi indeferido.

Em recurso, a defesa alegou que a decisão estaria ferindo os princípios da isonomia e proporcionalidade, por tratar de forma discriminatória e prejudicial os apenados que cumprem pena restritiva de direito em relação aos que cumprem privação da liberdade.

POLÍTICA - O relator do recurso, desembargador Froz Sobrinho, reconheceu o direito do apenado ao período de indulto, uma vez que cumpriu 1/3 da pena, e respeitava aos outros requisitos subjetivos necessários, como inexistência de reincidência ou falta grave.

Froz Sobrinho ressaltou que o entendimento de não concessão do indulto a penas restritivas de direito distancia-se do ideário de Justiça, em descompasso com a política criminal e desproporcional em face dos pequenos e médios infratores. Para ele, Comissão do Conselho Nacional de Política Criminal busca dar a esses infratores tratamento justo e não exige, para o gozo, do benefício, a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade para o gozo do benefício.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/01/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - POLÍCIA - PAG.: CAPA POSITIVA - CM.: 84 (14 x 6 col) POLÍCIA DESCOBRE PLANO (...)

Polícia descobre plano para assassinar juíza e 2 tabeliães

Analista confessou ter recebido ordens para matar a juíza Lucimary Castelo Branco, titular do 6º Juizado Especial Cível, e tabeliães de cartórios de dois municípios. Crimes, segundo ele, foram motivados por posse de cartórios no interior. **Polícia 6**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/01/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - POLÍCIA - PAG.: 06 POSITIVA - CM.: 138 (23 x 6 col)

POLÍCIA DESCOBRE PLANO (...)

Polícia Civil investiga um suposto plano para matar juíza e tabeliães

Analista de sistemas, preso em São Luís, confessou ter sido contratado por dois tabeliães para assassinar a juíza Lucimary Castelo Branco, do 6º Juizado Especial Cível, a titular do cartório em São Mateus e o substituto em Maranhãozinho

Polícia Civil da capital descobriu um plano para assassinar a juíza Lucimary Castelo Branco, titular do 6° Juizado Especial Cível, o que resultou na prisão preventiva do analista de sistemas Paulo Araújo Ferreira, acusado de ser o principal suspeito na execução do plano para matar a magistrada.

Além da juíza Lucimary Castelo Branco, o analista de sistemas afirmou que recebeu uma ordem para matar a tabeliã Ana Carolina Brasil Campos Maciel, do Cartório de São Mateus, e o tabelião substituto do Cartório de Maranhãozinho, que não teve sua identidade revelada. As informações foram divulgadas ontem no blog do Jornalista Itevaldo Júnior.

Em depoimento prestado ontem na polícia, o suspeito contou que havia recebido as propostas da tabelia Alice Ribeiro Brito, presidente da Associação dos Notários e Registrados do Maranhão (Anoreg), e do tabelião Luiz de França Belchior Silva Filho, do cartório de Maranhãozinho e respondendo pelo cartório do 3º Ofício de Notas da Capital.

Ele revelou também que as propostas para cometer os homicídios foram feitas no dia 7 de novembro do ano passado, durante um encontro realizado na praça de alimentação do Shopping do Automóvel, no bairro



Juíza Lucimary Castelo Branco, que estaria sob ameaça de morte

Calhau, no qual participou, além do analista de sistema, os dois principais suspeitos de serem os mandantes do assassinato: Alice Ribeiro Brito e Luiz de França Belchior Silva Filho.

Pagamento - Segundo Paulo Araújo Ferreira, ficou acordado que ele receberia R\$ 10 mil que seriam pagos pela tabeliă Alice Ribeiro para assassinar a juíza Lucimary Castelo Branco e ainda R\$ 10 mil pelo assassinato do tabelião substituto do Cartório de Maranhãozinho e outros R\$ 25 mil para matar Ana Carolina Brasil. Esses dois últimos valores seriam pagos por Luiz de França Belchior Silva Filho.

Divulgação

No depoimento, ele contou ainda à policia que a decisão de assassinar Lucimary Castelo Branco seria porque ela, além de "interferir no concurso de notários", queria o cartório do 1º Officio de São José de Ribamar, que tem como titular Luciene Castelo Branco, mãe da magistrada. Já a morte de Ana Carolina Brasil ocorreria porque Luiz Belchior Filho queria ficar com o cartório do 3º Ofício de Notas da Capital, que também seria pretendido por Carol Brasil.

Em nota, a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) informou que já havia sido informada dos planos de execuções. O inquérito sobre o caso ainda está em andamento e as informações estão sendo repassadas ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, que está acompanhando todos os fatos. A CGJ informou também que o corregedor apenas vai se pronunciar sobre o caso depois que todo o inquérito policial tiver sido concluído.



2º CADERNO (CIDADES) - POLÍCIA - PAG.: 06 POSITIVA - CM.: 138 (23 x 6 col)

POLÍCIA DESCOBRE PLANO (...)

TJ e governo intensificam medidas de segurança

O Tribunal de Justica e o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Seguranca Pública, sinalizaram a assinatura de convênio com o objetivo de intensificar medidas de proteção a desembargadores e juízes de Direito, vítimas ou não de ameacas. A nova parceria enfatiza ações em caráter preventivo e prevê, inclusive, a oferta de cursos de defesa pessoal. O assunto volta a ser discutido amanhã, pelo presidente do TJMA. desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e o secretário Aluísio Mendes.

Durante visita ao Tribunal de Justica, Mendes informou que, a pedido de Guerreiro Júnior, a juíza da Comarca de Santa Quitéria, Elaine Silva Carvalho - sob ameaca de ladrões de banco que tiveram prisão decretada por ela - terá reforço imediato na sua segurança. Um policial militar acompanhará a magistrada em tempo integral.

O anúncio do secretário fortalece decisão do presidente do TJMA, que esta semana indicou um sargento da sua guarda oficial para proteção da juíza. Ao tomar conhecimento das tentativas de intimidação de Elaile Carvalho, o presidente acionou a Secretaria de Segurança Pública e a Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal, que mobilizou efetivo para acompanhar as investigacões sobre o caso em Santa Ouitéria (a 410 km de São Luís).

Aluísio Mendes deu ênfase ainda a convênio entre o Poder Judiciário e o Governo, que permitiu a militares da reserva atuarem na seguranca dos fóruns. 'Vamos acelerar o objeto do convênio, reforçando o efetivo de vigilância nos fóruns das comarcas do interior e garantindo continuidade de treinamento aos policiais destacados", anunciou.

Guerreiro Júnior recebeu com entusiasmo a ajuda do Governo e da Secretaria de Segurança, contudo garantiu que o Tribunal vai continuar investindo em iniciativas de protecão a magistrados e fóruns.

Elaine Silva Carvalho passou a receber ameacas após decretar a prisão do vereador Valdimar Carvalho dos Santos, o Mosquito, e do exsegurança do prefeito - ambos envolvidos em assalto a uma agência bancária local, em fevereiro de 2011, e presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. As ameaças foram denunciadas por policiais que transportavam em viatura os dois assaltantes e presenciaram quando discutiam o assunto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/01/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 1º CADERNO - POLITICA - ESTADO MAIOR - PAG.: 03 POSITIVA - CM.: 5 (5 x 1 col) REAÇÃO

Reação

Tão logo tomou conhecimento do suposto plano para assassinar a juíza Lucimary Castelo Branco, o comando do Tribunal de Justiça se movimentou.

Acionou a Diretoria de Segurança Institucional do Poder para levantar todas as informações possíveis sobre o assunto.

A ordem é dar todas as garantias à magistrada e aos tabeliães supostamente ameaçados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - JULGAMENTOS 17/01/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 03 NEUTRA - CM : 44 (22 x 2 col)

NEUTRA - CM.: 44 (22 x 2 col) ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (...)

Assembleia Legislativa vai ao Supremo contra a suspensão da CPI

Procuradoria da Casa afirma que Comissão não investiga a Prefeitura de São Luís

A Procuradoria da Assembleia Legislativa decidiu ajuizar um pedido de suspensão de liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão da desembargadora Anildes Cruz que suspendeu os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigava o sumiço de R\$ 73,5 milhões disponibilizados à Prefeitura de São Luís por meio de três convênios com o Governo do Estado em 2009.

Depois de um estudo no fim de semana, a Procuradoria do Legislativo Estadual decidiu adiar o ajuizamento de um agravo de instrumento no Tribunal de Justiça (TJMA) - que estava previsto para ocorrer ontem durante à tarde - para primeiro contestar a decisão da desembargadora Anildes Cruz no STE. Hoje pela manhã, o relator da CPI, deputado Roberto Costa (PMDB), vai a Brasília para dar entrada no pedido de suspensão de liminar.

No pedido é alegado que a magistrada de segundo grau acabou intervindo diretamente nos trabalhos dos deputados. "É uma questão constitucional porque o Poder Judiciário interveio diretamente no Poder Legislativo", disse Roberto Costa.

Na peça, é justificado que a CPI dos convênios não investiga a Prefeitura de São Luís. O obje-



Costa diz que houve intervenção

to investigado é a verba do tesouro estadual destinada para obras de infraestrutura na capital maranhense.

"O dinheiro é do governo estadual e deveria ter sido aplicado na construção de viadutos e prolongamento da Avenida Litorânea. Isso não aconteceu e por isso a CPI começou a investigar o paradeiro dos R\$ 73,5 milhões", declarou o relator da comissão.

A previsão é que somente à tarde o recurso será impetrado na Justiça de segundo grau. Além do argumento de intervenção no trabalho legislativo, a procuradoria da Assembleia alega que não houve quebra de sigilo bancário e sim transferências de informações de bancos oficiais para autoridades, no caso os membros da CPI. Também faz parte das argumentações da peça jurídica a questão do objeto certo e determinado.



CLIC!

Clic!



DA NOVA GERAÇÃO de advogados, Deyvison Pereira (da Siqueira Castro Advogados) em solenidade recente no Tribunal de Justiça do Estado, ao lado do presidente Antonio Guerreiro Júnior



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - TELEJUDICIÁRIO 17/01/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - GERAL - PAG.: 05 POSITIVA - CM.: 54 (9 x 6 col) TELEJUDICIÁRIO REALIZA 40 MIL ATENDIMENTOS

Telejudiciário realiza 40 mil atendimentos

Sistema implantado pelo Tribunal de Justiça permite informações, reclamações, solicitações e sugestões sobre os serviços forenses

Telejudiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu mais de 40 mil consultas em 2011. No total, foram 40.406 atendimentos realizados ano passado. A previsão é de que a busca por informações aumente ainda mais em 2012, com as melhorias na estrutura física do setor e com a implantação do sistema ATTENDE, que, além da celeridade no atendimento aos usuários, possibilita e a instalação de pontos de atendimentos em locais estratégicos.

Desenvolvido pela Diretoria de Informática do TJMA, o novo sistema - que pode ser acessado em qualquer lugar e de qualquer computador - permite a geração de relatórios, a apresentação de dados estatísticos de atendimento, cadastramento e acesso às informações com mais segurança.

Com a nova ferramenta, as informações referentes a denúncias, reclamações, solicitações e sugestões sobre os serviços forenses podem ser encaminhadas automaticamente à Ouvidoria do TJMA, por meio do sistema unificado Ouvidoria/Telejudiciário, garantindo mais agilidade no gerenciamento do fluxo das demandas apresentadas, desde a abertura até a sua resolução ou arquivamento.

O chefe da Divisão do Telejudiciário, Fábio Martins, ressaltou que todo o investimento feito para a modernização do setor contribuiu para o aumento da demanda.

De acordo com dados do relatório de produtividade do setor, foram registradas, em 2011, 6.383 consultas jurídicas, referentes a processos de 1º e 2º graus, Juizados Especiais, Turmas Recursais, orientações sobre ações cíveis e criminais, plantão forense, entre outros. A procura pela localização de servidores, juízes, advogados, procuradores e promotores aumentou em 53,72% em relação ao ano de 2010. Entre janeiro e dezembro de 2011, o relatório registrou 4.890 consultas.

Funcionamento

O Telejudicário - que atende gratuitamente pelo número 0800 707 1581 e pelo e-mail telejudiciario@tjma.jus.br - oferece 35 tipos de serviços, incluindo informações de órgãos ou membros da Justiça Estadual, consultas sobre o andamento de processos judiciais, concursos, plantão judiciário e forense, entre outros.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/01/2012 - JORNAL EXTRA 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: CAPA

NEUTRA - CM.: 9 (3 x 3 col)

ESTELIONATÁRIO ABRE O BICO E CONTA TRAMA PARA MATAR JUÍZES NO MA

Estelionatário abre o bico e conta trama para matar juízes no MA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/01/2012 - JORNAL EXTRA 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 03

NEUTRA - CM.: 78 (13 x 6 col)

ESTELIONATÁRIO ABRE O BICO E CONTA TRAMA PARA MATAR JUÍZES NO MA

Estelionatário abre o bico e conta trama para matar juízes no MA

Preso pela Polícia Civil por estelionato, o analista de sistemas Paulo Araújo Ferreira revelou em depoimento à polícia que recebeu uma proposta para assassinar a juíza Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos. titular do 6º Juizado Especial Cível; a tabeliá Ana Carolina Brasil Campos Maciel, do Cartório de São Mateus: e o tabelião substituto do Cartório de Maranhãozinho, que não teve sua identidade revelada.

Paulo Ferreira declarou à polícia que as propostas para assassinar a magistrada e os dois tabeliãos foram feitas pela tabeliã Alice Ribeiro Brito, presidente da Associação dos Notários e Registrados do Maranhão (Anoreg), e pelo tabelião Luiz de França Belchior Silva Filho, do cartório de Maranhãozinho e respondendo pelo cartório do 3º Officio de Notas da Capital.

as propostas para cometer

os assassinatos, num encontro na praça de alimentação do Shopping do Automóvel (Calhau) com Luiz Belchior Filho e Alice Ribeiro, no dia 7 de novembro de 2011. Alice ofereceu R\$ 10 mil pela morte da juíza Lucimary Castelo Branco; Luiz Belchior ofertou outros R\$ 10 mil pelo assassinato do tabelião substituto do Cartório de Maranhãozinho; e outros R\$ 25 mil para matar Carol Brasil.

Os assassinatos da magistrada e da tabeliá seriam provocados por um dispositivo eletrônico com explosivos acoplado ao tanque de combustível do veículo de Lucimary Castelo Branco e no de Carol Brasil, que seria acionado de uma aparelho celular.

À polícia, Paulo Ferreira contou que Alice Ribeiro teria dito: "Essa vagabunda, safada da juíza Lucimary fica interferindo no concurso e quer me prejudicar. Se o CNJ não der jeito, o jeito que tem é matá-la".

Paulo Ferreira afirmou em seu depoimento que aceitaria cometer os assassinatos e que o primeiro a ser morto seria o tabelião substituto do Cartório de Maranhãozinho. Ele pediu que os R\$ 10 mil fossem pagos adiantado, mas Luiz Belchior Filho se negou a adiantar o pagamento.

Segundo Paulo Ferreira, a decisão de assassinar Lucimary Castelo Branco era porque além dela "interferir no concurso de notários", Alice Ribeiro quer o cartório do 1º Ofício de São José de Ribamar, que tem como titular Luciene Castelo Branco, mãe da magistrada.

A morte de Carol Brasil ocorreria porque ela com mais outros quatro tabeliãos, num Mandado de Segurança, discutem as regras de classificação para remoção de cartórios. De acordo com Paulo Ferreira, Luiz Belchior Filho quer ficar com o cartório do 3º Ofício de Notas da Capital, que também seria pretendido por Carol Brasil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/01/2012 - JORNAL EXTRA 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 03

NEUTRA - CM.: 78 (13 x 6 col)

ESTELIONATÁRIO ABRE O BICO E CONTA TRAMA PARA MATAR JUÍZES NO MA

Segundo consta do depoimento de Paulo Ferreira, os tabeliãos Alice Ribeiro, Luiz Belchior Filho e Fernando Cassionato obtiveram os primeiros lugares no concurso de remoção, "mediante o uso de títulos em desacordo com o edital do concurso".

A morte do tabelião substituto do Cartório de Maranhãozinho ocorreria, segundo Paulo Ferreira, porque "o tabelião sabia das falcatruas que Luiz Belchior e o seu pai Luiz Belchior (juiz do TRE) comandavam".

Segundo Paulo Ferreira, a tabelião Alice Ribeiro aumentou em mais R\$ 75 mil o valor a ser pago pelo assassinato da juíza Lucimary Castelo Branco, chegando ao valor de R\$ 85 mil a proposta para que ele matasse a magistrada.

À policia, o delator revelou que Alice Ribeiro e Luiz Belchior Filho, lhe dariam R\$ 10 mil para "ficar calado" caso fosse preso. Além disso, Paulo Ferreira "teria a assistência jurídica de um bom advogado e proteção de um magistrado que lhe daria um salvo conduto, caso fosse preso em falgrante".

CHANTAGEM E PRISÃO

Sem a antecipação dos R\$

10 mil, para começar a realizar os assassinatos, Paulo Ferreira optou por contar toda a
trama para Clemilson Moura,
tabelião substituto do cartório o 1º Ofício de São José de
Ribamar.

No primeiro contato por telefone [no dia 2 deste mês], Paulo Ferreira disse que "havia encaminhado a uma denúncia ao Conselho Nacional de Justiça contra a magistrada Lucimary Castelo Branco, pelo fato, de ela atender regularmente nessa serventia".

No dia 3 de janeiro, Paulo Ferreira teve um encontro com Clemilson Moura, na presença de outras duas testemunhas, o analista de sistemas revelou toda a trama e quem seriam os mentores da denúncia ao CNJ e da morte da magistrada. A conversa foi toda gravada. Após esse encontro, Paulo Ferreira, segundo disse Clemilson Moura à polícia, "passou a exigir ajuda financeira em troca das informações que comprovariam a trama por ele denunciada".

No dia 7 deste mês, Paulo Ferreira enviou uma mensagem de celular, exigindo "R\$ 600,00 para suas despesas pessoais". Numa outra mensagem telefônica indagou, "quanto seria pago pelas informações e pelo backup do notebook de Luiz Belchior Filho?".

Com as negativas de Clemilson Moura, o delator Paulo Ferreira enviou uma última mensagem. "OK. Esquece a conversa que tivemose se a polícia quiser que investigue. Prazo esgotado, abraço!".

Paulo Ferreira foi preso no último dia 9. Cabe agora ao comando do Tribunal de Justiça e da Secretaria de Segurança Pública apurarem, investigarem e passarem toda essa trama a limpo. (Do blogue do Itevaldo Junior)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - JULGAMENTOS 17/01/2012 - JORNAL EXTRA 1º CADERNO - POLÍTICA - PAG.: CAPA

NEUTRA - CM.: 6 (3 x 2 col)

ASSEMBLEIA CONTRA - ATACA DECISÃO DA DESEMBARGADORA QUE SUSPENDE CPI

Assembleia contra-ataca decisão da desembargadora que suspende CPI

PÁGINA 3

1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 3 NEUTRA - CM.: 26 (26 x 1 col)

ASSEMBLEIA CONTRA - ATACA DECISÃO DA DESEMBARGADORA QUE SUSPENDE CPI



AL contra-ataca decisão de suspender CPI

Indignada com a decisão liminar da desembargadora Anildes Cruz, que na semana passada suspendeu as atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investiga o suposto sumiço de R\$ 73,5 milhões, a Procuradoria da Assembleia Legislativa resolveu reagir na mesma moeda.

É que a Procuradoria deve impetrar hoje, no Tribunal de Justiça do Maranhão, recurso contra a decisão da magistrada, referente a três convênios assinados entre o Governo do Estado e a Prefeitura de São Luís, em março de 2009, durante a gestão do então governador Jackson Lago (PDT).

A Procuradoria ataca três pontos alegados pela Prefeitura de São Luís e que foram aceitos pela desembagadora em favor do prefeito João Castelo (PSDB). O primeiro diz respeito à legalidade da CPI; o segundo, sobre a quebra de sigilo da Prefeitura; e o terceiro diz respeito ao objeto de investigação dos deputados estaduais.

Para a Procuradoria da Assembleia, a CPI tem legalidade para investigar o dinheiro em questão, por se tratar de um recurso oriundo do governo estadual e que tinha uma finalidade específica. "Como um dos nossos papéis é fiscalizar a aplicação dos recursos do Estado, logo temos legalidade de investigar o sumiço dos R\$ 73,5 milhões", disse o relator-deputado Roberto Costa (PMDB).





17/01/2012 - JORNAL O DEBATE

1º CADERNO - MULHER DE ATITUDE - PAG.: 07

POSITIVA - CM.: 18 (9 x 2 col)

DPVAT

DPVAT I

- *A Central de Distribuição de ações envolvendo seguros DPVAT, relativos aos acidentes de trânsito, vai funcionar na sede da Corregedoria Geral da Justiça.
- * Os trabalhos estão sendo desenvolvidos na Secretaria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais desde ontem, segunda-feira.
- * O horário de atendimento será o mesmo dos Juizados, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

DPVAT II

- *A Central atendia antes na Rua do Egito, em prédio anexo ao 1º Juizado Especial Cível.
- * Segundo a Coordenação dos Juizados Especiais, a mudança foi uma determinação do corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha.
- * "A medida visa a uma melhor prestação de serviço, com atendimento especializado e mais eficaz", destaca o Corregedor-geral.
- * Os trabalhos na Central serão supervisionados pela juíza Márcia Cristina Chaves, coordenadora dos Juizados Especiais.



17/01/2012 - JORNAL O DEBATE 1º CADERNO - POLÍCIA - PAG.: 11 POSITIVA - CM.: 14 (7 x 2 col)

JUIZADO ESPECIAL

JUIZADO ESPECIAL

Horário de recebimento de reclamações

A partir de ontem (16), o Juizado EspecialCível e Criminal de Bacabal receberá reclamações judiciais apenas das 8h às 12h. A determinação está na Portaria nº 03/2012, do Juizado Especial, assinadapelo juiz Celso Orlando Pinheiro Júnior, que está respondendo pelo Juizado.

De acordo com a Portaria assinada pelo magistrado, aindahá acúmulo de processos decorrentes do Projeto Pauta Zero e, por isso, servidores do Juizado terão que desenvolver outras atividades relacionadas àmovimentação dos processos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/01/2012 - JORNAL O IMPARCIAL 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: CAPA NEUTRA - CM.: 6 (6 x 1 col)

ASSEMBLEIA VAI RECORRER [...]

I POLITICA

ASSEMBLEIA VAI RECORRER CONTRA DECISÃO QUE SUSPENDEU CPI DOS R\$73 MI

A Procuradoria da Assembleia Legislativa vai recorrer junto ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão da desembargadora Anildes Cruz que suspendeu, através de liminar, os trabalhos da CPI dos Convênios, que investiga o destino de R\$ 73 milhões repassados à prefeitura por acordos com o governo do estado. A interpretação da procuradora da AL é de que não houve quebra de sigilo bancário. POLÍTICA 3



17/01/2012 - JORNAL O IMPARCIAL 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 03 NEUTRA - CM.: 120 (30 x 4 col) ASSEMBLEIA VAI RECORRER [...]

Assembleia vai recorrer ao STF

A procuradoria vai recorrer junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal de Justiça do Maranhão contra a decisão da desembargadora Anildes Cruz suspendendo os trabalhos de investigação da CPI

ALINE LOUISE

Procuradoria da Assembleia Legislativa vai recorrer junto ao Supremo Tribunal Federal, STF, contra decisão da desembargadora Anildes Cruz, do Tribunal de Justiça do Maranhão, que liminarmente suspendeu os trabalhos da CPI dos convênios, que investiga a utilização de R\$ 73, 5 mi, oriundos de convênios com o governo do estado, pela Prefeitura de São Luís.

A interpretação da procuradora da Assembleia Legislativa, Ana Maria Dias Vieira, é de que não houve quebra de sigilo bancário pela CPI em relação aos cofres municipais. Os pedidos enviados aos bancos do Brasil e Caixa Econômica tratariam apenas de dados numéricos, sem a descriminação completa característica da quebra de sigilo – que é endereçada ao Banco Central.

O segundo argumento diz respeito à própria formação da Comissão, que, segundo a tese da desembargadora Anildes Cruz, estaria interferindo em assuntos da Câmara Municipal. O recurso defende que o objetivo da CPI não é investigar a prefeitura, mas o encaminhamento dado a um convênio celebrado pelo estado – o que competiria à avaliação dos deputados estaduais.

Para a procuradoria, o fato de a prefeitura já estar devolvendo os R\$ 73,5 milhões ao estado por decisão judicial não esgota o objeto da CPI, mas o reforça. Isto porque a Justiça já teria declarado a existência do

ato ilícito e a função da Comissão seria apurar as responsabilidades na prática da ilegalidade.

Quem julgará o pedido da Assembléia Legislativa será a própria desembargadora que concedeu a liminar em favor do pedido da prefeitura de São Luís. Anildes Cruz deve levar o assunto a julgamento do plenário, mas também pode decidi-lo provisoriamente, enquanto não é apreciado pelos demais colegas.



17/01/2012 - JORNAL O IMPARCIAL 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 03 NEUTRA - CM.: 120 (30 x 4 col) ASSEMBLEIA VAI RECORRER [...]

PERSONAGEM DA NOTÍCIA

Relatando, mas atuando

Roberto Costa – Ele será responsável por produzir a peça final da CPI: um relatório em que são apresentadas todas as apurações feitas durante o funcionamento da Comissão. Mas, acompanhando diariamente todos os passos da contestação da CPI e sendo protagonista nas declarações públicas e articulações de bastidores, Roberto Costa (PMDB) age como porta-bandeira da causa da Comissão.

Junto à procuradoria da Casa, é ele o responsável pela organização de todos os passos para

tentar inverter a decisão judicial que interrompeu os trabalhos na última quinta (12). Este papel, no entanto, seria do presidente da CPI, que é o responsável por representá-la em quaisquer situações Magno Bacelar (PV), eleito presidente das investigações, não está na ilha para representar os sete companheiros de investigação na tentativa de retomada dos trabalhos na Justiça. De férias, o deputado permanece com o celular desligado enquanto o companheiro peemedebista age em seu lugar.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 17/01/2012 - JORNAL O IMPARCIAL 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 03 NEUTRA - CM.: 120 (30 x 4 col) ASSEMBLEIA VAI RECORRER [...]



Desembargadora Anildes Cruz que concedeu liminar suspendendo os trabalhos da Comissão da Assembleia Legislativa



17/01/2012 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - ESTADO - PAG.: 08 POSITIVA - CM.: 16 (8 x 2 col)

JUIZ É TITULARIZADO NA COMARCA DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA

Juiz é titularizado na comarca de São Pedro da Água Branca

O juiz Celso Serafim Júnior foi titularizado na comarca de São Pedro da Água Branca, em ato realizado no gabinete do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior. De entrância inicial, a comarca foi criada pela Lei complementar 87/2005 e instalada em 6 de outubro de 2011.

Durante a posse, o presidente Guerreiro Júnior parabenizou o magistrado e garantiu o apoio do Poder Judiciário no exercício das suas atividades judicantes na comarca. "Seguir a magistratura é um sacerdócio", enfatizou o presidente. Celso Serafim Júnior ingressou na Magistratura em agosto do ano passado como juiz substituto na comarca de Santa Luzia do Tide. O magistrado atuou também em Grajaú e Itapecuru-Mirim.

e Itapecuru-Mirim.

"É mais uma conquista na minha carreira profissional. Vou continuar honrando a magistratura maranhense", ressaltou o juiz durante a cerimônia de posse, que contou com a presença da diretora geral do TJMA, Sumaya Heluy.



17/01/2012 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - ESTADO - PAG.: 08 POSITIVA - CM.: 28 (14 x 2 col)

COMARCA DE TUTÓIA VAI TER NOVIDADES [...]

Comarca de Tutóia vai ter novidades em 2012, afirma juiz Rodrigo Otávio

O juiz Rodrigo Otávio Terças Santos, titular de Tutóia, está comunicando diversas novidades na comarca para este ano de 2012. Uma delas é a intimação eletrônica, agora oficializada na Comarca por meio de Portaria. A partir de agora, a comunicação dos atos processuais será através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Maranhão.

De acordo com o magistrado, essas mudanças visam ao aprimoramento da prestação jurisdicional. "Desde que fui titularizado na Comarca, em dezembro passado, tenho buscado novas formas de melhorar os serviços aqui na comarca. São medidas que trazem celeridade e transparência ao trabalho do judiciário", observou Rodrigo Terças.

Ainda segundo o juiz, o objetivo é implantar uma gestão administrativa compartilhada com todos os servidores do fórum. "Realizamos uma reunião onde foram apontadas deficiências e soluções a curto e médio prazo para as necessidades do serviço judiciário, todos se engajaram num trabalho conjunto de modificação da estrutura de trabalho e

atendimento, alterando o layout da secretaria judicial, a organização do arquivo de processos findos e a reorganização dos servidores nos postos de serviços", explicou.

Uma das iniciativas é a pauta de audiência eletrônica, com alimentação por meio do serviço gratuito do Google Agenda, além do Sistema Themis, permitindo aos advogados e partes interessadas poderem visualizar, mediante cadastro prévio junto à secretaria, a pauta de audiência da comarca e, assim, acompanhar os serviços forenses. Durante a primeira semana útil após o fim do recesso, já foram apreciados, aproximadamente, 180 processos, sendo proferidos despachos, decisões e sentenças.

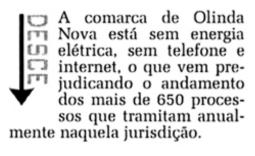
"Faremos o possível para fazer da Comarca de Tutóia um exemplo a ser seguido, colaborando com a nova mesa-diretora do Tribunal e com o corregedorgeral da Justiça na busca de qualidade e eficiência do Poder Judiciário do Maranhão", assinalou. Para que isto aconteça, o juiz firma que conta com o apoio, confiança e comprometimento dos servidores da comarca.





1º CADERNO - ATOS, FATOS E BARATOS - PAG.: 02

NEGATIVA - CM.: 3 (3 x 1 col) A COMARCA DE OLINDA NOVA [...]





17/01/2012 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - VARIEDADES - SOCIAL RIBA UM - PAG.: 06 POSITIVA - CM.: 5 (5 x 1 col) SEGURO DE ACIDENTES

Seguro de Acidentes

Por determinação do corregedor-geral de justiça, desembargador Cleones Cunha, a Dentral de Distribuições de ações envolvendo o seguro DPVAT passa a funcionar na sede da Corregedoria, sob a supervisão da juíza Márcia Cristina Chaves, coordenadora de Juizados Especiais. O atendimento, mais ágil e especializado, acontece em horário comercial.



17/01/2012 - JORNAL PEQUENO

1º CADERNO - ATOS, FATOS E BARATOS - PAG.: 02

NEUTRA - CM.: 32 (16 x 2 col)

JUIZADO DA COHAB ESTÁ SEM ENERGIA ELÉTRICA

Juizado da Cohab está sem energia elétrica

O 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, localizado no CSU da Cohab, está com o atendimento temporariamente suspenso. O motívo é a falta de energia elétrica na unidade judicial. O problema, segundo o secretário Sérgio Bernardo, pode ter sido apenas na central que distribui corrente para os órgãos do CSU.

CSU.

"Caso essa informação seja confirmada pela Cemar, a solução seria a contratação de um eletricista para a reposição de alguma peça que, por ventura, tenha apresentado defeito", explica.

Ainda de acordo com o secretário, não havia nenhuma audiência marcada para esta segunda-feira. Em relação a prazo processual, se for o caso, haverá uma adequação por parte do juizado. Tramitam, atualmente, na unidade cerca de 3 mil processos, e o juiz titular é Cícero Dias de Sousa Filho.

Para finalizar, ele informou que ainda não há prazo para que a energia seja restabelecida. "Vai depender do parecer dos técnicos da Cemar, que estão averiguando a situação, mas acreditamos que até amanhã, terça-feira, tudo estará normalizado".